

AS PALAVRAS VISÍVEIS

ESTUDOS PARA CARLOS REIS

ANA PAULA ARNAUT
ANA TERESA PEIXINHO
Organização

Centro de Literatura Portuguesa
| MinervaCoimbra

AS PALAVRAS VISÍVEIS

ESTUDOS PARA CARLOS REIS

TÍTULO AS PALAVRAS VISÍVEIS. ESTUDOS PARA CARLOS REIS
ORGANIZAÇÃO Ana Paula Arnaut e Ana Teresa Peixinho
COMPOSIÇÃO Jorge Neves
IMPRESSÃO RB/Ngray
ISBN 978-972-798-486-2
DEPÓSITO LEGAL 487131/21
1.ª EDIÇÃO Setembro de 2021
EDIÇÃO MinervaCoimbra
DISTRIBUIÇÃO Ngray, Lda. – Torre do Arnado, Rua João de Ruão, n.º 12 – 1.º
3000-229 Coimbra, Portugal · Telef. +351 927224974
minervacoimbra@gmail.com · www.minervacoimbra.pt

© Copyright Ana Paula Arnaut e Ana Teresa Peixinho / MinervaCoimbra
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Edição financiada pela Fundação Eng. António de Almeida.

AS PALAVRAS VISÍVEIS

ESTUDOS PARA CARLOS REIS

Organização

Ana Paula Arnaut
Ana Teresa Peixinho

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA	11
------------------------	----

PARTE 1

Literatura e Língua Portuguesas

A EPOPEIA POSITIVISTA NA ENCRUZILHADA DA EVOLUÇÃO DO GÉNERO NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL	19
<i>Manuel Ferro</i>	
UM MUNDO DE MÁSCARAS, LEQUES E BIOMBOS (A PROPÓSITO DE <i>O MISTÉRIO DA ESTRADA DE SINTRA</i>).	37
<i>Maria de Fátima Marinho</i>	
O SOM E A SUA AUSÊNCIA: POÉTICA DO SILÊNCIO N'OS <i>MAIAS</i>	55
<i>Maria do Rosário Cunha</i>	
UMA INFINITA <i>HIGHWAY</i> : A PROPÓSITO DA ENSAÍSTICA DE CARLOS REIS	71
<i>Monica Figueiredo</i>	
UM MONUMENTO DE PALAVRAS	87
<i>Pere Ferré</i>	
POLÍTICAS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA. DO MUNDO ATÉ À FLUC	107
<i>Graça Rio-Torto</i>	

Estudos Narrativos

- PEQUENOS PRESSÁGIOS. RETRATO E FIGURAÇÃO DE PERSONAGEM
NO NOVO MILÉNIO. 125
Eunice Ribeiro
- WRITING FLOWS FOR AN UNCERTAIN WORLD: JEAN-PIERRE BALPE'S
GENERATIVE NARRATIVES 151
Manuel Portela
- “UM RIO CHAMA OUTRO RIO”: FRAGMENTAÇÃO DA PERSONAGEM
EM *VALE ABRAÃO* DE AGUSTINA BESSA-LUÍS E MANOEL DE OLIVEIRA. . . . 173
Marta Teixeira Anacleto

PARTE 2

Literatura comparada

- CAMÕES, PARADIGMA DE LA POESÍA PENINSULAR. LAS *RIMAS* EN LA
LITERATURA ESPAÑOLA DEL SIGLO DE ORO 215
Ángel Marcos de Dios
- O CASO DE JOSÉ RÉGIO E O DE GARCIA LORCA: LEITURA CONTRASTIVA
DE *O MEU CASO E EL PÚBLICO* 241
António Apolinário Lourenço
- LA “CRUZADA DE ARTE” DE LA *REVISTA IBÉRICA* (1902) Y LAS
RELACIONES PORTUGUESAS DE FRANCISCO VILLAESPESA. 265
Antonio Sáez Delgado
- LITERATURA DEVELADORA DE LA POSTMODERNIDAD 285
Darío Villanueva
- PETRÓNIO E PLUTARCO: CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE
COMPARATIVA DE TEMAS DE BANQUETE 305
Delfim F. Leão

<i>CAMPO DE FLORES</i> DE JOÃO DE DEUS: REVISITAR E REESCREVER AS TRADIÇÕES LITERÁRIAS	323
<i>Helena Carvalhão Buescu</i>	
PORTUGAL E OS PORTUGUESES EM <i>MEINE BLAUEN TRÄUME</i> , DE BARBARA SEUFFERT	341
<i>Maria de Fátima Gil</i>	

NOTA DE ABERTURA

O que se espera de um título é a sua capacidade para revelar o que fica entre a capa e a contracapa, de modo a condicionar o ritual de comportamento e as expectativas do leitor que pela primeira vez o lê, maneira outra de dizer que pela primeira vez o olha. Não por acaso começamos por convocar a dinâmica do olhar a propósito do livro *As palavras visíveis. Estudos para Carlos Reis*, pois, na verdade, não fosse pela clarificação dada pelo subtítulo, o que o pórtico da obra revelaria seria, seguramente, muito menos do que os aspetos que nela se escondem. E o que se esconde é, em primeiro lugar, o motivo que a ela nos levou.

Recordamos, assim, que o volume 10 da *Revista de Estudos Literários*, publicado em 2020 pelo Centro de Literatura Portuguesa, foi também dedicado a Carlos Reis por ocasião da sua Jubilação, dele fazendo parte um número substancial de artigos de colegas e amigos que se quiseram associar à justa homenagem a alguém que dedicou grande parte da sua vida, se não toda, aos Estudos Literários. O título então escolhido, *As palavras (in)visíveis. Estudos para Carlos Reis*, pretendia dar simbolicamente conta do sigilo que, desde o início, envolveu o projeto, cujo segredo somente lhe seria desvendado no final da sua “Última Lição”.

Esta nova publicação reúne as conferências apresentadas no Colóquio *As palavras visíveis*, anunciado naquele contexto, e assim designado justamente porque, desta vez, a homenagem seria feita às claras. Ou pelo menos parte dela sê-lo-ia, já que o projeto de ver este livro publicado para esta ocasião deveria manter-se em segredo. Se, como escreveu Eugénio de Andrade, as palavras “Secretas vêm, cheias de memória”, não conseguimos, a propósito, deixar de lembrar o momento em que, no

início da construção da Passarola, na Quinta de S. Sebastião da Pedreira, o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão rebatiza Baltasar e Blimunda, dando-lhes, respetivamente, as alcunhas Sete-Sóis, porque aquele via às claras, e Sete-Luas, porque esta via às escuras. Seja como for, projetado e organizado às escuras ou às claras de quem, hoje, mais uma vez, pretendemos homenagear, este livro é mais do que a soma dos dezasseis artigos que o compõem e que muito bem ilustram as principais áreas de interesse e de investigação académica de Carlos Reis. Ele representa também, seguramente, na sua essência, o respeito, o reconhecimento e o afeto que lhe dedicamos.

Prestamos a homenagem em forma de Colóquio e de livro de ensaios porque não conseguimos fazê-lo, como outros o fizeram, criando narrativas em que Carlos Reis figura como personagem, categoria que, hoje, ocupa o centro da sua investigação, como o prova, entre outros exemplos, o *Dicionário de personagens da ficção portuguesa*, que coordena. Lembramos, àqueles que o não sabem, que são já três os romances que, de modo mais ou menos direto, transformam Carlos Reis em personagem, ou em quase personagem, numa estratégia que o próprio designa em vários ensaios por “*figuração ficcional*”.

Assim é em *Os Esquemas de Fradique*, publicado por Fernando Venâncio em 1999, um ano antes das comemorações do centenário da morte de Eça de Queirós, a cujas Comissões Nacional e Executiva Carlos Reis presidiu (2000-2001). A personagem do romance, de “coloração policial”, um certo Dr. Manuel Godinho, a quem o narrador em 1.^a pessoa revela a natureza dos seus interesses e de quem obtém a importante informação de que Fradique Mendes havia feito trabalhos de espionagem para o rei D. Luís, afastando-se do que sabemos ser Carlos Reis, pelos traços caricaturais que a compõem, oferece, porém, a possibilidade de nela lermos uma evidente relação com o real. Tal acontece não só pelo mistério queirosiano a desvendar, mas também pelo facto de o encontro acontecer na Biblioteca Nacional, instituição que Carlos Reis dirigiu entre 1998 e 2002.

Os sentidos transliterários que neste romance é possível discernir são facultados de forma mais óbvia por *A Visão de Tândalo por Eça de Queirós*, da autoria de Miguel Real, pelo menos no que se refere à apropriação da realidade pela ficção e ao caso específico que envolve Carlos Reis. No jogo dos vários livros, dos vários narradores e das várias histórias que compõem esta obra de 2000, interessa-nos particularmente a primeira narrativa, relato da tomada de conhecimento da existência do manuscrito inédito de Eça de Queirós, pelo que nela sobressai de justa e legítima homenagem ao “professor de Coimbra, este sim, de direito e de facto, o legítimo papa dos eçólogos de todo o mundo”.

Finalmente, em *A Maldição do Louva-a-Deus*, de Miguel Miranda (2001), a notoriedade intelectual de Carlos Reis é usada por Rogério Centieiro, um escritor ensombrado pela maldição da folha em branco, para se destacar nos espaços que frequenta.

Diversa é, então, esta homenagem em forma de livro, reunindo dezasseis ensaios, distribuídos por três partes que ilustram as principais áreas do saber a que Carlos Reis tem dedicado a sua carreira académica: a Literatura e a Língua Portuguesas, os Estudos Narrativos e os Estudos de Literatura Comparada. Na primeira parte – Literatura e Língua Portuguesas – encontram-se seis artigos, sendo os primeiros cinco dedicados à literatura. Manuel Ferro sugere uma leitura da sobrevida do género epopeia no decurso do século XIX, com particular ênfase para a obra de Teófilo Braga; Fátima Marinho apresenta uma releitura de *O Mistério da Estrada de Sintra* como exemplo de um jogo de máscaras, em que a narrativa se vai desvelando; Maria do Rosário Cunha dedica-se a uma leitura original do romance *Os Maias*, construindo uma “poética do silêncio” que permite reinterpretar uma das obras mais estudadas do autor; Monica Figueiredo, partindo da prática ensaística de Carlos Reis, compõe a narrativa da sua peculiar exegese, desde a década de 80 até ao presente, tendo como intertexto a obra e a estética de Eça. Já Pere Ferré, evocando a “consabida argúcia” do homenageado, dedica o seu ensaio à análise do poema “Testamento” de David Mourão-Ferreira. Esta parte encerra com um texto sobre língua portuguesa –

de Graça Rio-Torto que apresenta uma visão pessoal e crítica sobre a política de língua dos últimos anos, do mundo à sua *alma mater*.

A segunda parte – Estudos Narrativos – reúne três ensaios sobre uma área a que Carlos Reis se dedicou ao longo das últimas décadas, primeiro como coautor do *Dicionário de Narratologia*, mais recentemente, como autor do *Dicionário de Estudos Narrativos* e coordenador do Projeto *Figuras da Ficção*. Partindo precisamente deste projeto, Eunice Ribeiro explora uma das categorias centrais neste domínio, a personagem, trabalhando a poética do retrato. Manuel Portela analisa o universo de escrita de Jean-Pierre Balpe, recorrendo a conceitos da narratologia transmediática. Marta Anacleto faz uma circunstanciada análise da transposição intermediática do romance *Madame Bovary* de Flaubert por Agustina Bessa Luís e Manoel de Oliveira em *Vale Abraão*, centrando-se nas figurações e refigurações da protagonista.

A terceira parte do livro agrega sete estudos em literatura comparada. Ángel Marcos de Dios lê a lírica camoniana como paradigma da literatura peninsular; Apolinário Lourenço procede a uma leitura contrastiva entre o caso de Régio e o de Garcia Lorca; Antonio Sáez Delgado estuda as relações do poeta modernista andaluz Francisco Villaespesa com Portugal, através da *Revista Ibérica* que fundou e dirigiu; Darío Villanueva defende a potencialidade estética e intelectual da literatura como meio de enfrentar a pós-verdade e a cultura do cancelamento. Delfim Leão faz uma análise comparada da representação de banquetes em dois escritores clássicos (Petrônio e Plutarco); Helena Buescu estuda a história editorial de *Campo de Flores* do poeta João de Deus; Fátima Gil analisa a representação de Portugal e dos Portugueses em *Meine Blauen Träume*, de Barbara Seuffert, partindo do género literatura de viagens e recorrendo a instrumentos da análise narrativa.

Todos os ensaios dialogam com o percurso científico e académico de Carlos Reis. Todos são tocados pela sua marca tutelar. E se aqui reunimos estes ensaios sobre temas que abrangem uma longa diacronia – da Roma Antiga ao início do novo milénio – e que trabalham autores, épocas,

períodos e géneros tão diversos, é porque a vida e a obra do homenageado são, na verdade, uma biblioteca viva no sentido que Manguel lhe atribui: com a sua ordem, o seu acaso, com identidade e imaginação.

ANA PAULA ARNAUT

ANA TERESA PEIXINHO

PARTE 1

Literatura e Língua Portuguesas

A EPOPEIA POSITIVISTA NA ENCRUZILHADA DA EVOLUÇÃO DO GÉNERO NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL

MANUEL FERRO

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos

Se, em 1816, Giovanni Berchet declarava, na *Lettera semiseria di Grisostomo al suo figliuolo* (Berchet, 1816), que a musa de eleição dos escritores do seu tempo era a Filantropia, ninguém melhor do que Teófilo Braga ilustra e preenche tal programa algumas décadas mais tarde em Portugal. Da sua vasta e produtiva obra dedicada às letras – de poeta, narrador e crítico literário –, ocupa a epopeia um lugar de destaque entre o manancial e torrencial fluir dos títulos de sua lavra. Sendo um homem do seu tempo atento às correntes mais atuais e, na generalidade dos casos, partilhando dos ideais da época, não deixa de ser curioso como não se deixa arrastar para declarações bombásticas e ostensivas de que a epopeia definhou ou de todo morrera e que um novo paradigma, isto é, um novo género – o romance – se arvorava e preenchia o seu espaço – como aconteceu com nomes tão eminentes como os de Mikhail Bakhtin (Bakhtin, 1998) e Gyorgi Lukács (Lukács, 2000). Neste aspeto, Teófilo Braga assume uma posição muito ponderada, conciliadora até. Aliás, retoma mesmo os esforços dos últimos tempos. Desde o fim do século XVIII, era sentida uma crise da / na épica. Na realidade, na altura e no contexto da sociedade portuguesa, vivia-se um período de desalento generalizado, mormente desde o terramoto de 1755. A evolução da epopeia enquanto género sublime de excelência que punha à prova o estro criador dos poetas, a partir do século XVI implicara a criação de uma quantidade excessiva de

regras e normas, a ponto tal que dificilmente qualquer composição poderia satisfazer o leitor mais crítico e os autores que se abalçavam a tal desafio tinham plena consciência do facto. Já em pleno Neoclassicismo se lançam esforços para renovar o género, retomam-se novos metros, voltando-se à estrofe clássica do poema virgiliano de rima livre. Os assuntos a tratar são repensados: ao lado de um manancial de textos que se inserem na linha tradicional da produção épica, de interesse nacional, universal e religioso, outros há que inovam e procuram abordar novas matérias. Mas mesmo assim, era universalmente partilhada a sensação de que o género estava moribundo. A grande preocupação de cada autor do início do século XIX é restaurar, reabilitar, renovar a epopeia. É neste sentido que a obra de José Agostinho de Macedo se insere, com todas as propostas que apresenta, tendo como ponto de partida o grande modelo de referência da produção épica nacional, o poema camoniano, mas inspirando-se nas propostas lançadas por Torquato Tasso. Depois, sucedem-se as ideias da teorização do poema científico e do poema filosófico. Almeida Garrett, na sua juventude também se deixa seduzir por experiências semelhantes. Quem não se deixaria? A epopeia ainda era o género que lançava o nome de um autor na comunidade literária. Escreve a *Afonseida, ou fundação do império lusitano* (1815) dedicada ao fundador da nacionalidade e o *X, ou a Incógnita* (1821), em clave heroi-cómica, mas depressa compreendeu que o gosto do tempo se orientava noutro sentido. A biografia dos poetas, de vida aventurosa, suscitava mais o interesse do público leitor do que propriamente a obra escrita. Em Itália, havia surgido *Le Veglie del Tasso* (1822) e quando Garrett escreve o seu *Camões* (Garrett, 1825 / 2018), a matéria d’*Os Lusíadas* fica aí resumida a três cantos. Os restantes sete tratam de peripécias de existência incerta e amorosa do poeta no seu retorno à capital. Contemporaneamente, outros poetas se abalçam em tentativas mais consentâneas com os códigos e as regras da poética “tradicional” dedicadas ao género, prescritas anteriormente, sem grandes resultados de inovação, tal como foi o caso, por exemplo, de José Correia de Melo e Brito d’ Alvim Pinto, com a *Joaneida* (1782), de Francisco de

Paula Medina e Vasconcelos, com a *Zargueida* (1806), ou do P.^o Teodoro de Almeida, com a *Lisboa destruída* (1803).

Teófilo Braga, na segunda metade do século procura prosseguir esta cruzada e desbravar novos caminhos. Os tempos estavam maduros para novas propostas. Atento ao que se produzia e irradiava da capital culta da Europa do tempo, Paris, e do efervescente panorama nacional, conhece as correntes mais inovadoras e tudo sistematiza nos dois volumes d'*As modernas ideias na literatura portuguesa*, dados aos prelos em 1892. Apercebemo-nos que, não só merece a sua atenção a dissolução do Romantismo e a crise do espírito nacional, em que se detém sobremaneira nas figuras de Garrett e Herculano, como valoriza o lugar de posição dos ultra-românticos (Rebelo da Silva, Mendes Leal, Soares de Passos e Camilo Castelo-Branco) e, depois, a dissolução do movimento, centrando-se em João de Deus e Antero de Quental, mediante a divulgação das ideias de Victor Hugo, Balzac (em que valoriza a introdução do naturalismo no romance), Michelet (graças à inovadora compreensão da História), Vico (tendo em conta o estudo das tradições poéticas), Hegel (para a compreensão das criações estéticas) e Comte (como entidade revolucionária que contribui para a sistematização duma nova estratégia hermenêutica). Toda esta exposição constitui uma espécie de prolegómeno para a apresentação do “Programa dos trabalhos para a geração moderna” que subdivide em três grandes blocos: Num aborda a renovação científica, onde se debruça sobre os estudos dedicados às tradições populares portuguesas e à História da Literatura pátria, bem como à Civilização Ibérica e à História nacional, onde pontifica a figura de Oliveira Martins; noutro trata da renovação filosófica e científica, mas que inclui igualmente, como aplicação prática afetiva, especulativa e ativa, considerações tão díspares como as que tece sobre as celebrações do Centenário de Camões, o Congresso das Associações Portuguesas, as bases de reforma da instrução pública e da instrução pública superior, bem como também as condições étnicas e históricas do federalismo peninsular, as respetivas correntes e o programa da democracia. O outro bloco trata especificamente da renovação estética, dedicando particular atenção à obra

de Eça de Queirós e, sobretudo, àquilo que nos interessa e é denominado como a síntese poética do século XIX, ou seja, a Epopeia da Humanidade. Como tinha declarado no “Proêmio” à *Visão dos Tempos*, em ar de programa da sua produção literária, “quando o mundo parecia exausto de crença e de coragem, a revelação da Humanidade aparece como sentimento por via do qual o indivíduo realiza a aspiração da imortalidade. (...) O argumento da epopeia moderna, em que se realiza o acordo da imaginação e da razão, que caracteriza a harmonia ou unidade mental, e em que se representa a aliança quebrada entre o Ocidente e o Oriente” (Braga, 1894, I: XIX) aponta para uma conceção sintética do género.

Por conseguinte, fundamentando-se nas teorias de Ernest Renan, assume como base de apoio às suas teorias a ideia da marcha ascensional da Humanidade e, chegando mesmo a citar esse autor, tradu-lo diretamente de *L’Avenir de la Science*, declarando:

Acima dos indivíduos, há a Humanidade, que vive e se desenvolve, como todo o ser orgânico, e que como todo o ser orgânico tende ao perfeito, isto é, à plenitude do seu ser. Depois de ter marchado longos séculos na noite da infância, sem consciência de si própria, e pela única força do seu impulso, chegou o grande momento em que ela tomou, como o indivíduo, posse de si própria, em que se reconheceu a si mesmo, em que se sentiu como uma unidade viva; momento para sempre memorável, que nós não vemos, porque está muito próxima de nós, mas que constituirá, ao que me parece, aos olhos do futuro uma revolução comparável à que tem demarcado uma nova área na história de todos os povos. – A Revolução francesa foi o primeiro ensaio da Humanidade para tomar o governo de si mesma e dirigir-se. É o advento da reflexão no governo da humanidade. (*apud* Braga, 1892, II: 228-229)

Portanto, a visão da História da Humanidade na sua existência coletiva permite assim reconstituir um panorama sistemático dos contributos sucessivos para se alcançar o progresso – aspetos que *de per*

se proporcionam matéria para uma vasta e gloriosa epopeia humana. Por isso, retomando as palavras de Renan, continua:

Uma epopeia é tanto mais perfeita quanto ela corresponde melhor a toda a humanidade e, portanto, depois da mais perfeita Epopeia, o tema é ainda novo, e pode prestar-se a infinitas variações, segundo o carácter individual do poeta, do seu século, ou da nação a que ele pertence. (*apud* Braga, 1892, II: 229)

E tal perspectiva, leva-o a concluir:

É esta inextinguível variedade de elementos do mesmo tema, e dos aspectos diversos que toma no prisma da sensibilidade individual, que faz com que a Epopeia humana seja um assunto comum a todas as novas literaturas e o característico do estado estético a que elas se elevaram. (Braga, 1892, II: 229)

A partir destes pressupostos, reconhece fases de evolução, ciclos que delineiam o progresso da Humanidade e que, no passado, já haviam esboçado sínteses para uma plausível conceção do universo. “As criações que restam das civilizações primitivas, tais como mitos cosmogónicos, teogónicos e heroicos, os símbolos religiosos, jurídicos e dramáticos ou cerimoniais, encerram confusamente todos os elementos de uma síntese espontânea” (Braga, 1892, II: 230) de um estágio de desenvolvimento muito embora primitivo.

Para se atingir o grau de desenvolvimento da modernidade, urge, pois, empreender a luta contra velhas formas e fórmulas de organização social, que suportam uma correspondente mundivisão e uma sucedânea produção poética:

A emancipação dos espíritos da ficção teológica pelo regime de educação científica fez prevalecer as capacidades críticas, antipáticas a todas as emoções e idealizações poéticas. Enquanto os conhecimentos científicos constarem de especia-

lidades dispersivas, nenhuma forma poética pode surgir desses elementos concretos; nada menos poético do que a ciência em verso, como nos poemas didáticos da época alexandrina ou do pseudo-classicismo francês. (Braga, 1892, II: 236)

Por conseguinte,

A vista sintética da História universal, tomando cada raça, cada nação, como órgãos que foram produzindo o crescente domínio da consciência sobre os instintos, e das potências morais sobre as forças da natureza, estabelecendo a relação de continuidade do passado com o presente, tornou possível a idealização de todos esses progressos atingidos pelo esforço da vontade, como tema da Epopeia da Humanidade, em que a solidariedade da espécie se ilumina em uma grande síntese poética. (Braga, 1894, I: XI)

A nova epopeia teria, pois, de superar os modelos anteriores:

Às três belas epopeias históricas [a *Eneida* de Virgílio, a *Divina Commedia* de Dante Alighieri e *Os Lusíadas* de Luís de Camões], deve suceder-se a Epopeia filosófica da Humanidade como a sentiu Herder, como Hegel e Comte a esboçaram, como Quinet e Michelet a conceberam, como está no espírito de uma era nova que começa dirigida por um sublime ideal. A epopeia da Humanidade, não tem somente por fim, o consagrar todas as Civilizações do passado, conciliando-as na obra da solidariedade que produziram; não visa a proclamar o triunfo do presente, pela supremacia da razão sobre as forças da matéria, pela liberdade sobre o prestígio da tradição; compete-lhe dar corpo, universalizar a esplendida Utopia do futuro, a que Auguste Comte chamou a idade normal, e que Herder estabelece com um vigoroso argumento de dedução. (Braga, 1894, I: XX-XXI)

Na verdade, Auguste Comte, no *Sistema de Política Positiva*, havia traçado a estrutura da epopeia humana quanto ao seu encadeamento psicológico com as formas sociais, as crenças religiosas, as migrações

das raças, as lutas internacionais e as concepções mentais contemporâneas, permitindo seguir o nexos subjetivo das impressões fundamentais que dirigiram os atos do homem (cf. Braga, 1894, I: XII-XIII).

A par de toda esta exposição teórica que fundamenta uma verdadeira Arte Poética da epopeia, na *História da Poesia Popular Portuguesa* (Braga, 1902) remete para as origens deste género na literatura portuguesa, sugerindo mesmo uma tradição moçárabe, mas abordando igualmente as canções heroicas e narrativas, os cantares de gesta e os romanceiros peninsulares, que circulavam a par das lendas locais e que, a seu ver constituiriam o fundo original da literatura nacional de matriz épica, entretanto desaparecida, mas passível de se entrever através das recolhas inseridas nos volumes do *Cancioneiro popular* e do *Romanceiro geral português*, de sua responsabilidade. Não surpreende, por isso, que o volume II desta obra, da *História da Poesia Popular Portuguesa*, seja dedicado em exclusivo aos Ciclos épicos. A estes se juntam um volume autónomo sobre *As epopeias da raça moçárabe* (Braga, 1871) e outro ainda que versa sobre *Viriato. Narrativa epo-histórica* (Braga, 1904).

Mas há mais linhas de força que se conjugam com estas: o seu magistério no Curso Superior de Letras leva-o a adquirir um profundo conhecimento da obra camoniana. Numerosos são os títulos que dedica ao Poeta. Entre as edições que prepara, contam-se cerca de dez volumes:

- Braga, Teófilo (1880). *Bibliografia camoniana*. Lisboa: Imprensa de Cristóvão A. Rodrigues.
- Camões, Luís de (1880). *Parnaso de Luiz de Camões: edição das poesias lyricas consagrada à comemoração do centenario de Camões*. Introd. de Theophilo Braga. Ed. especial de coleccionadores. Porto: Imprensa Internacional de Ferreira de Brito & Monteiro.
- Camões, Luís de (1880). *Os Lusíadas*. Pref. de Teophilo Braga. Ed. consagrada ao terceiro centenario do Poeta. Porto: Imprensa Portuguesa,
- Camões, Luís de (1881). *Os Lusíadas*. Ed. rev. e pref. por Theophilo Braga. Lisboa: Pereira & Amorim.
- Camões, Luís de (1883). *Grande edição manuscrita d'Os Lusíadas*. Lisboa: Typographia Elzeviriana: Guillard, Aillaud & C^a

- Camões, Luís de (1887?). *A primeira poesia impressa de Luiz de Camões no livro do Doctor Garcia d'Orta intitulado Colóquios dos Simples e Drogas*. Com um estudo pelo Dr. Teophilo Braga. Lisboa: [s. n.], Anno 363 do nascimento de Luiz de Camões auctor dos Luziadas
- Camões, Luís de (1889). *Os Lusíadas*. Com um pref. de Theophilo Braga. Ed. rev. aproximativamente sobre a chamada segunda de 1572 / por Joaquim de Araújo. Porto: Typographia Elzeviriana.
- Camões, Luís de (1894). *Tercetos de Luiz de Camões: impressos pela primeira vez, em 1576, na História da Província de Santa Cruz, de Pedro de Magalhães Gandavo*: facsimile photo-litographico, precedido d'um estudo pelo Dr. Theophilo Braga. [Edição fac-similada] Lisboa: José Eusébio dos Santos, anno 370 do nascimento de Luiz de Camões.
- Braga, Teófilo (1911). *Camões: a obra lyrica e épica*. Porto: Livraria Chardron.
- Camões, Luís de (1913). *Sonetos*. Coord. e acompanhados com um esborço biographico () e com a lista dos sonetos apocriphos que lhe são attribuidos, por Theophilo Braga. Lisboa: A Educadora (Famalicão: Typ. Minerva de G. Pinto de Sousa & Irmão)

E de entre os estudos de crítica e história literária, refiram-se quase outros tantos:

- Braga, Teófilo (1873-1875). *História de Camões*. 3 Vols. História da poesia portugueza, escola italiana. Parte 1: Vida de Luiz de Camões. Parte 2: Eschola de Camões. Livro 2: Poetas épicos. Porto: Imprensa Portugueza.
- Braga, Teófilo (1873). *Os novos críticos de Camões*. Porto: Imprensa Portugueza.
- Braga, Teófilo (1880). *O centenario de Camões*. Porto: Imprensa Commercial.
- Braga, Teófilo (1880). *Retrato e biographia de Camões*. Lisboa: Casa Minerva.
- Braga, Teófilo (1891). *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron: Lugan & Genelioux, Successores.
- Braga, Teófilo (1907). *Camões: época e vida*. Porto: Livraria Chardron.
- Braga, Teófilo (1917). *Os amores de Camões*. Porto: Edição da Renascença Portuguesa.

Já para não mencionar outras obras sobre o vate português, mas orientadas, por exemplo, para o estudo do teatro ou breves intervenções de carácter celebrativo. Agrega-se a este labor, na *História da Literatura Portuguesa* (Braga, 1909-1918), “algum” conhecimento da história da teoria do género em Portugal e muito maior domínio no da produção épica ao longo dos séculos, sobretudo dos períodos barroco e neoclássico. Por tudo isto, Teófilo Braga, enquanto poeta épico, é um escritor que tem a possibilidade de repensar, debater e reelaborar a Arte Poética sobre a matéria e aplicá-la nas suas composições sempre em comunhão com os ideais dominantes no seu tempo.

O eixo dessa linha de criação épica é, sem sombra de dúvidas, a *Visão dos Tempos*, que começa a ser dada à estampa em 1864 e alcança a extensão de quatro volumes com a edição de 1894. Com uma configuração triunfal e apoteótica, o poema afirma-se de início com um formato sinfónico, em que, antes de se entrar propriamente na matéria a cantar, apresenta um Canto preliminar, que inclui um prelúdio lírico, um prelúdio épico, um prelúdio dramático e uma parte final denominada “Crescendo e rinforzando”, em que se introduzem as idades teocrática, guerreira e da concórdia civil ou democrática, ilustradas pela linguagem dos mitos próprios de variadas culturas da Antiguidade ao Renascimento. A Parte I trata do Ciclo da Fatalidade, marcada pelo acordo entre a subjetividade e a objetividade na conceção do universo, expresso através do prestígio do absoluto politeico, monoteico ou fetichista. A Parte II é a que trata do Ciclo da Luta, apontando com particular atenção para o universalismo helénico e romano, embora não descurando a tradição hebraica. Aí aborda a gradual elevação do sentimento e da razão, a unidade alcançada primeiro pelo fetichismo, depois pela astrolatria, de seguida pela teocracia e finalmente pela expansão especulativa (Grécia) e pelo politeísmo social (Roma), cuja transição para o mundo moderno privilegia a síntese orquestrada pela civilização feudal, predominando então temas cavaleirescos, e que, a seu ver, se prolonga até ao ocaso do Renascimento, com a exaltação de figuras como Dante, Petrarca, Savonarola, Miguel Ângelo, Camões, Tasso e

Calderon, entre outros. Acresce aqui ainda um ciclo de poemas/fragmentos sugestivamente designado por epopeia do riso, em que pontificam Erasmo, Rabelais, Pietro Aretino e Cervantes. Seja de destacar, neste conjunto, um poema que se poderá considerar de metapoesia da épica intitulado “Sagração da epopeia”. A Parte III – o Ciclo da Liberdade – já valoriza o movimento estético, científico e filosófico que concorre para o progresso moral, económico e político, mediante a síntese alcançada pela revolução ocidental nos tempos mais recentes, isto é, no século XIX, traduzidas por três grandes ciclos: se ainda parte da *Gigantomaquia*, a primeira trilogia é a da Ideia a segunda, a da Força e a terceira, a do Espírito. Este extenso poema encerra-se com um canto que aborda a idealização da existência normal, num equilíbrio obtido através da componente afetiva, contemplativa e prática, tanto no plano coletivo como no individual.

Nas restantes obras de índole épica deste autor – *Tempestades sonoras* (1864), *Torrentes* (1869) e *Miragens seculares* (1884) –, verifica-se a reformulação de fragmentos que depois vai adicionar a outros existentes, noutros casos a reelaboração com uma extensão e uma profundidade diversificadas que, no fim, acabam por constituir a extensa e abrangente edição de 1894-95 da *Visão dos Tempos*. As *Tempestades sonoras*, logo de 1864, assume-se, pois, como uma segunda série da primeira versão da *Visão dos Tempos*, editada no mesmo ano. Antepõe-se-lhe um estudo “Sobre a evolução da poesia determinada pelas relações entre o sentimento e a forma”, em que se equaciona uma vasta gama de obras e autores, mas esforçando-se por se generalizarem afinidades quanto à conceção e gosto pelas obras poéticas à escala global do género humano, tese reforçada por paralelismos estabelecidos entre figuras, situações e temas nas composições evocadas de diversificadas culturas do planeta.

Algo de semelhante se passa com o volume intitulado *Torrentes*, publicado com o subtítulo de “Últimos versos”, em 1869. A salientar neste ponto a inclusão de dois textos dramáticos – *Auto por desafronta* e *Poeta por desgraça* – num volume supostamente de índole épica, o que remete para uma conceção de epopeia abrangente, uma espécie de obra de

arte total – de *Gesamtkunstwerk* – que pode incluir poemas de diferentes metros e formas estróficas, assim como, de igual modo, pode admitir no seu seio textos dramáticos, muito embora marcados por uma determinada índole épica, como é o caso do primeiro auto.

Nesta série inclui-se ainda o volume intitulado *Miragens seculares*, de 1884. Os poemas nele contidos encontram-se distribuídos pelos diferentes ciclos em que se viriam a inserir posteriormente – o Ciclo da Fatalidade, o Ciclo da Luta e o Ciclo da Liberdade –, mas antepõe-se a esse alinhamento de poemas um Prolóquio, esclarecedor, sem dúvida, para melhor dilucidar o conceito de epopeia dos novos tempos, confrontando-o com uma concepção épica passadista fundada na poética da imitação:

Não é já possível estacionar na imitação de produtos tradicionais elaborados sobre mitos inconscientes da Arte antiga, porque necessidades mais subjectivas nos obrigam a deduzir dessas tradições particulares os temas gerais e os correspondentes tipos estéticos que exprimam as aspirações à liberdade. O que as civilizações antigas fizeram, adaptando as tradições nacionais às formas empíricas fixadas pela Arte, devemos continuá-lo de modo consciente, disciplinando os sentimentos pelas noções e concepções positivas. (Braga, 1884: V-VI)

A contraposição da epopeia antiga e da epopeia moderna é assim equacionada em função do teor do mito que as alimenta e suporta:

A epopeia antiga era o desenvolvimento antropomórfico dos mitos espontâneos, modificados pelo tempo em lendas vulgares, e elaborados com um intuito nacional. [...] O mito antigo está fora do nosso estado de consciência científica. [...] O mito moderno há-de ser consciente, e por isso o seu fim é tornar-se síntese especulativa; achar o mito que melhor possa exprimir uma verdade histórica, científica ou filosófica, eis o principal processo para a epopeia nova, correspondente ao período universalista para que tendem as Literaturas, como previu Goethe. (Braga, 1884: VII-VIII)

E volta a insistir nos motivos e fundamentos que renovam o conteúdo épico do seu tempo, determinado pela perspectiva que Giambattista Vico lançara no século XVIII na sua obra *Scienza Nuova*:

A concepção da ideia de Humanidade, que é a expressão admirável da solidariedade humana, tende a tornar-se o ideal de todos os espíritos e a grande realidade de todas as obras de Arte. Foi a História, onde o homem adquire a consciência de si como ente social e perfectível, que trouxe ao nosso século a ideia fecunda de Humanidade. Nas epopeias primitivas, nas maravilhas geniais de todas as literaturas antigas, não se encontra essa noção, que só o decurso dos séculos e o concurso das civilizações fizeram sentir. Deve ser esta a característica da Arte moderna; o pensamento perde o que tinha de pessoal e egoísta procurando representar todos os esforços empregados para definir um dia esta realidade ideal. Tentando esta vereda nova da poesia, a História é o campo largo onde podemos ir fortalecer em nós essa consciência da colectividade abstracta mas predominante no estado moral de hoje. A simples compreensão da História é o tema fundamental de uma vasta epopeia. (Braga, 1884: VIII-IX)

A História é, pois, apontada como princípio estruturante da épica, na luta constante da liberdade contra a fatalidade, que abre o caminho à liberdade, assim entendida:

A LIBERDADE, ou o momento em que o sentimento e a razão, acordando-se no mesmo fim científico, tendem pela disciplina positiva a reunirem o maior número de relações para a verdade, eliminando da consciência e da constituição social as noções absolutas ou subjectivas da mentalidade teológica e metafísica.

As epopeias antigas foram produtos orgânicos, que já se não podem repetir, porque passou o estado psicológico e social que as inspirou; as epopeias literárias foram sempre uma falsa e servil imitação das obras seculares, e como falsas perderam o prestígio. Mas a concepção épica não pode estar

extinta, principalmente quando se chegou a determinar o mais vasto e mais belo de todos os ideais. (Braga, 1884: X)

Assim se encontrava a chave para a criação de uma epopeia vital e em estreita simbiose com o modo telúrico de sentir do homem moderno.

Reservei para último desta série de volumes de poemas fragmentários da grande Epopeia da Humanidade, *A Ondina do Lago*, que embora inserida no Ciclo da Luta, havia surgido como um poema de cavalaria autónomo. Publicado logo em 1866, esta composição distingue-se dos restantes devido à natureza da matéria tratada e ao modo como se acha estruturado. Precedido por uma introdução em que se abordam as características da “Poesia da História nos ciclos cavaleirescos”, nela se reflete sobre os traços comuns referentes ao herói, ao maravilhoso, ao carácter religioso que os enforma, à materialidade fantástica de que se servem (como as armas, os cavalos,...), aos códigos e valores que os regem, aos sentimentos, à fidelidade, e sobretudo ao culto de honra que preside a cada ato e atitude do cavaleiro. Estruturando-se o poema em duas grandes partes, na primeira expõem-se as aventuras do pai do protagonista e, na segunda, de maior extensão, as do cavaleiro que cai nas malhas da sedução da sílfide que jamais atua ou assume um papel ativo. *Ondina* organiza-se como uma novela de cavalaria, um *roman de quête*, em que a mulher é o motivo / objeto das aventuras e desventuras do jovem cavaleiro que desvenda e percorre o mundo na busca do amor, da felicidade, da realização pessoal. De algum modo, esperar-se-ia que o autor, enquanto conhecedor das questões levantadas com a disputa sobre a conceção e teorização dos poemas cavaleirescos e respetiva distinção face às epopeias, tal como foram expostas por Giambattista Giraldi Cinzio (Giraldi Cinzio, 1554) e Giovan Battista Pigna (Battista Pigna, 1554), algo tivesse aproveitado para enriquecer este longo poema, quanto à ação, ou quanto à caracterização das personagens, mormente da figura feminina que dá o título ao poema. Poderá até parecer incongruente que não rentabilize esse conhecimento teórico, ainda mais porque, além d’*A Ondina do Lago*, dedica outro estudo crítico ao romance de Gaia

da autoria de João Vaz (Vaz, 1879), este supostamente fixado antes de 1630, quando foi publicado, dando aí particular atenção às transformações sofridas na passagem de romance oral para romance de feição literária e erudita. Uma vez mais, verificamos que as referências de Teófilo Braga permanecem mais ligadas à tradição dominante no contexto literário português, em que predominam as novelas de cavalaria, e os poemas épico-cavaleirescos, tal como foram cultivados em Itália, por exemplo, jamais alcançaram cá grande popularidade e cultores de nomeada.

No entanto, sublinhe-se a importância desta obra – *A Ondina do Lago* –, uma vez que através dela, Teófilo Braga dá a conhecer ao leitor seu contemporâneo a outra faceta da épica; complementa o panorama heroico da tradição literária; insere-a na conceção do género que tinha vindo a desenvolver e a expor, a Epopeia da Humanidade, e deixa entrever a possibilidade de estabelecer elos de ligação da épica com outros géneros, num diálogo enriquecedor que mantém a epopeia ainda como o género por excelência, digno de cantar os feitos do progresso da sociedade.

Possivelmente, por motivos análogos, escreverá ainda uma narrativa histórica, *Viriato. A epopeia lusitana* (Braga, 1904), cujo subtítulo é sugestivo pelo objetivo a que se propõe. Decerto que a composição duma epopeia sobre este mítico chefe lusitano provocaria celeuma, primeiro porque já antes Braz Garcia de Mascarenhas tinha redigido *O Viriato trágico*, publicado em 1699, e dificilmente se poderia inovar em relação ao que já fora posto em verso heroico; por outro lado, porque segundo um dos códigos respeitadas da epopeia era o de que a matéria épica por excelência não deveria ser nem muito antiga, nem excessivamente recente. Se era antiga, corria o risco de ser deveras ficcional, pelo facto de os acontecimentos terem caído no esquecimento dos homens e os documentos rarearem; nem recente por não ter sofrido a transfiguração necessária. Ora, para resolver a situação, Teófilo Braga opta pela forma do romance histórico, género que supostamente viria preencher o espaço da epopeia, segundo o parecer de alguns dos teorizadores seus contemporâneos, como referimos, e se associaria pelo teor e matéria

tratada de alguma maneira ao poema épico. Opta assim por assumir uma perspetiva historicista, procurando modelar (quando não mesmo “forjar”) informações que supostamente lhe servem de suporte para tornar verosímil o discurso da narrativa. Vai mais longe até: para a construção da diegese, recorre tanto quanto possível às estratégias da epopeia. Além do início *in medias res*, da apresentação do herói, da espada aqui descrita segundo os códigos do poema épico-cavaleiresco, do maravilhoso patente nos episódios proléticos e na abordagem do espaço da ilha sagrada, da inserção de composições do romanceiro como se de episódios se tratassem, enfim, utiliza todo um manancial de recursos que, depois, conjuga com as ideias de federalismo peninsular, de defesa da democracia e de recusa da monarquia, a denotar o ideário republicano do autor, para propor a imagem da Península Ibérica como terra de liberdade, pelo menos na altura precedente ao jugo romano.

Por tudo isto, e pelas ideias veiculadas nas entrelinhas, não será por acaso que acaba por prognosticar a concretização gloriosa de um projeto que Auguste Comte admitiria para os italianos, como Dante havia séculos tinha feito antes na *Monarquia* sobre o governo universal:

Existe o espírito da epopeia nova, falta ainda dar-lhe forma; que se acumulem os esforços. Auguste Comte foi o primeiro que pressentiu a necessidade da grande Epopeia da Humanidade, e que a esboçou em parte na comemoração histórica pelo culto sociolátrico; ele indicava o génio italiano como o que devia criar a epopeia de hoje, do mesmo modo que Dante fundou o poema da Idade Média.

Incapazes de acompanharmos os progressos da ciência, procuremos nós os portugueses, ao menos, reflecti-los na idealização poética da Humanidade, de que somos órgão inolvidável como iniciadores da era pacífica do trabalho pela actividade das navegações e descobertas marítimas, que vieram universalizar as civilizações mediterrâneas. Fora da acção do conflito europeu, acompanhamo-la pelas emoções; enquanto outros lutam, preparamos o canto que sucede à vitória. (Braga, 1884: XI)

Afinal, o espírito do mito do Quinto Império perdura ainda em tempos de prostração: os portugueses eram o povo eleito para a composição da grande Epopeia da Humanidade. Não será por acaso que, num ponto-chave desse seu grande poema *A Visão dos Tempos*, no fragmento inaugural da terceira parte, consagrada ao Ciclo da Liberdade, e que se intitula “A Filosofia”, o percurso da Humanidade seja assim expresso:

Assim caminha a incerta Humanidade;
 Na ingente caravana da existência,
 Sem saber para onde, vai levada
 Na corrente vital por entre dores,
 Misérias, decepções, lutas e morte;
 Tenta em vão descobrir donde partira,
 Quer desvendar um horizonte infindo,
 Busca embalde alcançar o seu destino!
 Nessa hora, então, na mente alucinada
 Ostentam-se as miragens deslumbrantes
 Das visões subjectivas que a enganam,
 Nuvem pulverulenta, com que a cegam,
 Sepultando-a na funda obscuridade! (Braga, 1895, IV: 152)

Mas mesmo com todas as incertezas do porvir, é assim que se projeta e sustenta a crença na utopia, alimento da epopeia dos novos tempos, e outros textos surgirão imbuídos de espírito épico: *As Sombras* (1907), *Marânus* (1911) e *Regresso ao Paraíso* (1912), de Teixeira de Pascoais; *Tentações de São Frei Gil* (1907), *Elogio dos Sentidos* (1908) e *A Criação* (1913), de Correia de Oliveira; *Chave dourada* (1916), de Manuel da Silva Gaio, ou até *Mensagem* (1934), de Fernando Pessoa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (1998). “Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance”. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. de Aurora F. Bernadini et al. 4.^a Edição, São Paulo: Editora UNESP.

- BATTISTA Pigna, Giovan (1554). *I romanzi*. Vinegia, Nella bottega d'Erasmus, appresso V. Valgrisi.
- BERCHET, Giovanni (1992). *Lettera semiseria di Grisostomo al suo figliuolo*. Milano: Rizzoli [1816].
- BRAGA, Teófilo (1864). *Tempestades sonoras*. Porto: Viuva Moré.
- BRAGA, Teófilo (1864). *Visão dos Tempos I*. Porto: Livraria Internacional de E. Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1866). *A Ondina do Lago*. Porto: Typographia Commercial.
- BRAGA, Teófilo (1869). *Torrentes*. Porto: Carneiro e Moraes Editores.
- BRAGA, Teófilo (1871). *Epopêas da raça mosárabe*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- BRAGA, Teófilo (1873). *Os novos críticos de Camões*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- BRAGA, Teófilo (1873-1875). *História de Camões*. 3 Vols. *Historia da poesia portuguesa*, escola italiana. Parte 1: Vida de Luiz de Camões. Parte 2: Eschola de Camões. Livro 2: Poetas épicos. Porto: Imprensa Portuguesa.
- BRAGA, Teófilo (1880). *O centenario de Camões*. Porto: Imprensa Commercial.
- BRAGA, Teófilo (1880). *Retrato e biographia de Camões*. Lisboa: Casa Minerva.
- BRAGA, Teófilo (1884). *Miragens seculares*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.
- BRAGA, Teófilo (1891). *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Lugan & Genelioux, Successores.
- BRAGA, Teófilo (1892). *As modernas ideias na literatura portuguesa*. 2 Volumes. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1894-1895). *Visão dos Tempos*. 4 Volumes. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1902). *História da Poesia Popular Portuguesa*. 3.^a Edição, Lisboa: Manuel Gomes, Editor.
- BRAGA, Teófilo (1904). *Viriato. Narrativa epo-histórica*. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1907). *Camões: época e vida*. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1909-1918). *História da Literatura Portuguesa*. 4 Volumes. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (1911). *Camões: a obra lyrica e épica*. Porto: Livraria Chardron.
- BRAGA, Teófilo (2006). *Os amores de Camões*. Porto: Fronteira do Caos Editores [1917].
- BRAGA, Teófilo (2009). *Viriato. A epopeia lusitana*. Sintra: Zéfiro.
- CAMÕES, Luís de (1880). *Os Lusíadas*. Pref. de Theophilo Braga. Ed. consagrada ao terceiro centenario do Poeta. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CAMÕES, Luís de (1880). *Parnaso de Luiz de Camões: edição das poesias lyricas consagrada à commemoração do centenario de Camões*. Introd. de Theophilo Braga. Ed. especial de coleccionadores. Porto: Imprensa Internacional de Ferreira de Brito & Monteiro.

- CAMÕES, Luís de (1881). *Os Lusíadas*. Ed. rev. e pref. por Theophilo Braga. Lisboa: Pereira & Amorim.
- CAMÕES, Luís de (1887?). *A primeira poesia impressa de Luiz de Camões no livro do Doctor Garcia d'Orta intitulado Coloquios dos Simples e Drogas*. Com um estudo pelo Dr. Theophilo Braga. Lisboa: [s. n.], Anno 363 do nascimento de Luiz de Camões auctor dos Luziadas.
- CAMÕES, Luís de (1889). *Os Lusíadas*. Com um pref. de Theophilo Braga. Ed. rev. aproximativamente sobre a chamada segunda de 1572 / por Joaquim de Araújo. Porto: Typographia Elzeviriana.
- CAMÕES, Luís de (1894). *Tercetos de Luiz de Camões: impressos pela primeira vez, em 1576, na História da Província de Santa Cruz, de Pedro de Magalhães Gandavo*: facsimile photo-litographico, precedido d'um estudo pelo Dr. Theophilo Braga. [Edição fac-similada] Lisboa: José Eusébio dos Santos, anno 370 do nascimento de Luiz de Camões
- CAMÕES, Luís de (1913). *Sonetos*. Coord. e acompanhados com um esboço biographico ... e com a lista dos sonetos apocriphos que lhe são attribuidos, por Theophilo Braga. Lisboa: A Educadora (Famalicão: Typ. Minerva de G. Pinto de Sousa & Irmão).
- GARRETT, Almeida (2018). *Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [1825].
- GIRALDI Cinzio, Giambattista (1554). *Discorso intorno al comporre dei romanzi*, Vinegia: Giolito de Ferrari, Gabriele & fratelli.
- LUKÁCS, Georg (2000). *A Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34.
- MASCARENHAS, Braz Garcia (1699). *Viriato Trágico*. Coimbra: Oficina de António Simões.
- SCHEIDL, Ludwig (1997). “Eine Untersuchung des Deutsch-Portugiesischen Ideenaustausches in Teófilos Bragas *Visão dos Tempos. Epopeia da Humanidade*”, in Ludwig Scheidl (Coord.). *Estudos sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Alemã* (pp. 187-196). Coimbra: Minerva.
- VAZ, João (1879). *Vila Nova de Gaia: romance / por João Vaz de Évora*. Publicado segundo a edição de 1630 e acompanhado de um estudo sobre a transformação do romance anonymo no romance com forma litteraria por Theophilo Braga. Coimbra: Livr. Portugueza e Estrangeira.

O que de um título se espera é a sua capacidade para revelar o que fica entre a capa e a contracapa, de modo a condicionar o ritual de comportamento e as expectativas do leitor que pela primeira vez o lê, maneira outra de dizer que pela primeira vez o olha. Não por acaso começamos por convocar a dinâmica do olhar a propósito do livro *As palavras visíveis. Estudos para Carlos Reis*, pois, na verdade, não fosse pela clarificação dada pelo subtítulo, o que o pórtico da obra revelaria seria, seguramente, muito menos do que os aspetos que nela se escondem. E o que se esconde é, em primeiro lugar, o motivo que a ela nos levou: uma homenagem em forma de livro que reúne dezassete ensaios sobre as principais áreas do saber a que Carlos Reis tem dedicado a sua carreira académica, a Literatura e a Língua Portuguesas, os Estudos Narrativos e os Estudos de Literatura Comparada.

ISBN 978-972-798-486-2



9 789727 984862 >

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CLP Centro de
Literatura
Portuguesa



| MinervaCoimbra